

O papel trinitário do Exército Brasileiro: bases de uma força "multitarefa"

The Trinitarian role of the Brazilian Army: bases of a "multitasking" force

Resumo: No Brasil, o Exército tem sido recorrentemente empregado pelo Governo Federal para exercer atividades que, por sua natureza, seriam tradicionalmente realizadas por outras agências do Estado. Contudo, mesmo isso sendo reconhecidamente um problema, ao desviar a Força de suas funções precípua, não há sinais de mudanças. Por isso, o artigo objetivou discutir as peculiaridades de atuação do Exército Brasileiro (EB), destacando como as funções tradicionalmente desempenhadas pelos militares vão muito além do preparo para a guerra. Do ponto de vista metodológico, adotou-se uma perspectiva teórica baseada no conceito de cultura estratégica e nas condicionantes geopolíticas do território brasileiro, procedeu-se a uma revisão bibliográfica e realizou-se a consulta a documentos de defesa e manuais militares que ajudaram a entender o processo de construção do perfil multitarefa. Como resultado, propõe-se um modelo trinitário de atuação do EB representativo de uma cultura estratégica propriamente brasileira, que relaciona a participação do Exército ao processo de construção do Estado nacional.

Palavras-chave: Exército Brasileiro. Defesa. Segurança territorial. Ações subsidiárias.

Abstract: In Brazil, the Army has been recurrently employed by the Federal Government to carry out activities that, by its nature, would have traditionally been carried out by other State agencies. However, even though this is admittedly a national problem, there are no signs of change. For this reason, the article aimed to discuss the peculiarities of the Army's activities in Brazil, highlighting how the functions traditionally performed by the military go far beyond preparing for war. From a methodological perspective, a perspective was adopted based on the concept of strategic culture and the geopolitical conditions of the Brazilian territory, a bibliographic review and consultation of defense documents and military manuals were carried out, which helped to understand the process of building the multitasking profile. As a result, a Trinitarian model of EB performance is proposed, representing a strategic Brazilian culture, which relates the participation of the Army to the process of building the national state.

Keywords: Brazilian Army. Defense. Territorial security. Subsidiary actions.

Oscar Medeiros Filho 

Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército.

Brasília, DF, Brasil.

oscarfilho.medeiros@eb.mil.br

Marcelo de Jesus Santa Bárbara 

Exército Brasileiro. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

marcelojsb@id.uff.br

Recebido: 09 set. 2020

Aprovado: 10 mar. 2021

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



Creative Commons
Attribution Licence

1 Introdução

O presente artigo tem por objetivo discutir as peculiaridades da atuação do Exército no Brasil destacando como as funções tradicionalmente desempenhadas pelos militares brasileiros vão muito além do preparo para a guerra.

Para tanto, os autores propõem um modelo trinitário de atuação do EB considerando: a) sua finalidade precípua (preparar-se para a guerra); b) sua função de segurança territorial (atuação como força de segurança, especialmente nas fronteiras); e c) sua participação histórica como espécie de “bastião da nacionalidade” e “escola de civismo”.

A questão central que orienta o artigo é a seguinte: por que, no Brasil, o Exército tem sido recorrentemente empregado pelo Governo Federal para exercer atividades que, por sua natureza, seriam tradicionalmente realizadas por outras agências do Estado? Por que, mesmo isso sendo reconhecidamente um problema ao desviar a Força de suas funções precípua, não há sinais de mudanças?

Sob uma abordagem que integra fatores ideacionais (cultura estratégica) e materiais (condicionantes geopolíticos), o artigo está dividido em três seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira discutirá a existência de uma cultura estratégica propriamente brasileira, que se relaciona a participação do EB no processo de construção do Estado nacional, bem como as influências dos fatores materiais nas formulações geopolíticas elaboradas por militares do Exército; decorrente disso, a segunda seção apresentará elementos da formação do *ethos* militar do Exército, dando alguns contornos para a estratégia da presença. Na terceira seção discutiremos o tema central deste artigo: o *papel trinitário* do EB.

2 Elementos de uma cultura estratégica brasileira e condicionantes geopolíticos do território

A origem do conceito de cultura estratégica remonta ao final dos anos 1970¹ em trabalhos que buscam entender as questões de segurança internacional a partir de uma abordagem culturalista (REIS, 2013), ou seja, que considera relevante compreender aspectos ideacionais para além da escolha puramente racional no uso da força militar. Johnston (1995) se refere a cultura estratégica como um sistema integrado de símbolos (argumentos, metáforas, etc.) que atuam de forma a estabelecer preferências estratégicas duradouras por meio de formulação do emprego eficaz das forças armadas no cenário internacional.

A cultura estratégica seria constituída por elementos ideacionais de longa duração – mas não imutável – como tradição, percepções e preferências. Nesse sentido, a geografia e a história de um país constituem os fatores mais importantes na formação da sua cultura estratégica (DOESER, 2016). Pode-se definir cultura estratégica como o ambiente ideacional que condiciona o comportamento dos atores na tomada de decisão sobre as opções estratégicas consideradas mais apropriadas e eficazes (DOESER, 2016; LANTIS, 2002).

1 O conceito “cultura estratégica” foi cunhado pela primeira vez em 1977, por Jack L. Snyder, em “The Soviet Strategic Culture: Implications for Nuclear Options”. Nessa obra, Snyder define o conceito como a “sum total of ideals, conditional emotional responses, and patterns of habitual behavior that members of the national strategic community have acquired through instruction or imitation and share with each other with regard to nuclear strategy” (JOHNSTON, 1995, p. 36).

Esse meio representaria um sistema de ideias e objetos, um “*mindset*” a disposição dos formuladores de políticas públicas. Destacam-se nesse caso as tradições, os valores e crenças que são interpretadas como a “vontade nacional” pela elite decisória no poder. Desse modo, as condições geográficas e históricas oferecem as possibilidades para que as elites decisórias construam uma determinada agenda política, o que acaba por gerar um “estilo nacional”.

Dessa forma, o conceito de cultura estratégica serviria de base para se entender como condições políticas domésticas e constrangimentos externos podem influenciar tanto o comportamento diplomático, militar e econômico dos Estados no sistema internacional, como a maneira pela qual eles organizam a ocupação do espaço nacional, estabelecendo pontos de contato entre as agendas de segurança, defesa e desenvolvimento.

Isso significa dizer que há sempre um contexto cultural que condiciona as percepções e as preferências básicas que inevitavelmente influenciam previamente as opções estratégicas (REIS, 2013), impactando a tomada de decisão e o “fazer militar”.

Logo, ao reconhecermos que cultura não é algo dado, solidificado, mas está em permanente processo de construção e reconstrução, parece-nos adequado discutir a forma como os militares no Brasil – atores estatais com considerável grau de autonomia – moldaram e foram sendo moldados por uma cultura estratégica genuinamente nacional.

Em busca dos elementos que comporiam uma cultura estratégica brasileira, faz-se necessário, inicialmente, situar o Brasil em seu contexto geopolítico.

O Brasil é um país de dimensões continentais com aproximadamente dezessete mil quilômetros de fronteira com nove países sul-americanos e um departamento ultramarino francês. Soma-se a isso um litoral de aproximadamente sete mil quilômetros onde, em um raio de até duzentos quilômetros distantes da costa, concentra-se aproximadamente 50% de toda a população nacional. Ressalte-se, também, que 40% de todo o território nacional dista a mais de mil quilômetros do litoral (figura 1), o que, em si, constitui-se obstáculo à própria ocupação do espaço central, apesar de todo o esforço nacional de busca pela ocupação do “Oeste”.

Figura 1 – Concentração demográfica brasileira



Fonte: Adaptado pelos autores a partir do Mapa “Contagem da População” (IBGE, 2007).

Com efeito, o pensamento geopolítico de autores como Travassos, Golbery, Meira Mattos já enfatizava a importância de se estabelecerem vínculos econômicos entre o litoral, as áreas interiores e as áreas de intercâmbio fronteiro do Brasil com o seu entorno. A questão do desenvolvimento, portanto, deveria ser associada a uma agenda de cooperação com os países limítrofes tanto da Bacia Amazônica como do Cone-Sul.

Desse modo, as formulações geopolíticas dos militares tradicionalmente versam sobre a necessidade do Estado de se fazer presente no espaço geográfico de dimensões continentais. É essa condição que tem sido fundamental para se compreender a postura estratégica do Exército no contexto brasileiro. Cabendo frisar que essa condição, na perspectiva aqui apresentada, pode ser enfocada à medida que o Brasil é entendido enquanto parte indissociável de uma América do Sul igualmente formada por países em desenvolvimento.

Nesse sentido, não há como se desconsiderar as características que envolvem o nosso entorno estratégico. O Brasil está inserido em uma região com a baixa incidência de guerras interestatais², fatores históricos-militares e os desafios enfrentados por países em desenvolvimento, contribuíram, do ponto de vista da cultura estratégica, para a construção de um “olhar para dentro”. Decorre desse olhar, um plano interno privilegiado e, conseqüentemente, um emprego militar associado a políticas públicas como as de segurança e desenvolvimento.

Destarte, a reflexão geopolítica produzida no Brasil ao longo do século XX constitui exemplo típico dessa situação: de um lado, foi concebida especialmente por oficiais do Exército; de outro lado, os aspectos mais relevantes dizem respeito a questões, como: ocupação de imensos espaços vazios, projeto de integração e desenvolvimento do País e um projeto de construção e consolidação de uma identidade nacional coesa. Em suma, trata de integração, desenvolvimento e segurança, tendo no debate sobre os desafios internos um espaço privilegiado no processo. Um interessante exemplo disso diz respeito à presença do Exército Brasileiro na faixa de fronteira como parte do processo de consolidação dos limites do Estado nacional. Nesse sentido, merece destaque a criação de colônias militares, em meados do século XIX, que tinha como finalidade povoar (vivificar) as fronteiras, na esperança de que essas viessem a se transformar em núcleos de povoamento até chegarem ao ponto de se emanciparem (BRASIL, 1959). Por suas características geopolíticas e dimensões continentais, a ideia de defesa no Brasil nasce imbricada com a noção de desenvolvimento. Nesse sentido, vivificar a fronteira expressava, nas palavras do general Meira Mattos, a mescla entre “a arma de defesa e a enxada da fixação econômica do homem à terra”³ (MATTOS, 2011).

Por conseguinte, essas breves considerações sobre a concepção geopolítica castrense podem ser associadas à literatura sobre segurança internacional, abrindo espaço para um

2 Para Medeiros Filho (2014), cinco fatores podem ser apontados como possíveis causas do padrão anômalo da América do Sul no sistema internacional ao longo do último século. O primeiro diz respeito à localização periférica da região em relação aos grandes conflitos mundiais. O segundo fator, oriundo do primeiro, refere-se ao poder bélico relativamente pequeno dos países da região. O terceiro fator corresponde à presença hegemônica dos Estados Unidos como elemento de estabilidade regional. O quarto fator se refere à prioridade dada aos problemas domésticos – (inimigo interno) em detrimento dos interesses externos. Por fim, sob uma perspectiva liberal, pode-se destacar o papel das normas nas relações internacionais.

3 Ainda nos dias atuais, o Exército dispõe, só no Comando Militar da Amazônia, 24 Pelotões Especiais de Fronteira (PEF). Sob o lema “Vida, Combate e Trabalho”, os PEF realizam atividades militares, como adestramento, vigilância de pontos e reconhecimento de áreas, além de inúmeras tarefas específicas nas faixas de fronteira, tais como: apoio a órgãos públicos, assistência de saúde às populações nativas, dentre outras. Em consonância ao lema dos pelotões, os militares que lá vão servir são incentivados a levarem suas famílias, permanecendo lá por até dois anos.

debate que carece ainda de maior aprofundamento nos estudos estratégicos sobre as peculiaridades de defesa em países em desenvolvimento como o Brasil. Por exemplo, Mohamed Ayooob (1995) considera que, para além das questões de defesa *stricto sensu*, os países em desenvolvimento incluem na sua agenda de segurança um conjunto de desafios relacionados ao processo de formação desses próprios Estados (*state building*).

Segundo Ayooob (1995), diferentemente do modelo clássico de segurança internacional, as questões de segurança/insegurança em países em desenvolvimento são definidas em relação às vulnerabilidades que ameaçam ou têm o potencial de ameaçar as próprias estruturas do Estado. Dessa forma, acrescenta-se que a visão realista e conservadora dos militares se integra às principais preocupações das elites dirigentes e diz respeito a questões ligadas às estruturas do Estado e ao regime de governo, envolvendo desafios relacionados à legitimidade de instituições e regimes e à carência de coesão social (AYOOB, 1995).

Ao assumir aqui elementos de uma perspectiva pós-colonialista, geralmente voltada a desafios de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, não se pretende assumir, em hipótese nenhuma, que países da região se enquadrariam na definição de *failed states* (estados falidos), como aqueles que atingiram o nível crítico de degradação do controle estatal sobre o território, mas que enfrentam desafios de certa forma já superados em países desenvolvidos oriundos de um processo que podemos denominar de “*national state building*”. Assim, pode-se dizer que as fragilidades estatais observadas em países da região estão relacionadas ao próprio modelo de desenvolvimento, marcado por carências socioeconômicas e institucionais, e que geram desafios como o de manutenção da ordem e da aplicação do império da lei em porções de seus próprios territórios. Nossa hipótese seria de que tais desafios que acabariam por levar suas Forças Armadas ao desempenho de papéis pouco ortodoxos na região.

Nesse sentido, merecem destaque as palavras do General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, Comandante do Exército Brasileiro, durante a Audiência Pública realizada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados no dia 05/07/2017. Segundo ele, “[...] ao mesmo tempo em que temos que ser um Exército com aquelas características às quais me referi, um Exército moderno, com capacidade de projeção externa, nós temos que continuar sendo um Exército de colonização. Essa é a realidade” (BRASIL, 2017, n.p.).

Em síntese, a percepção que parece ter se consolidado entre os militares brasileiros é a de que o Brasil seria um Estado ainda em processo de formação e que o envolvimento dos militares em atividades de apoio ao desenvolvimento nacional constituiria fator necessário de segurança. Do ponto de vista da ideia dessa condição, desenvolvimento, segurança e integração do território seriam elementos vistos como indissociáveis, como será exposto na próxima seção sobre os elementos da cultura estratégica nacional.

3 Vulnerabilidades nacionais, *ethos* militar e estratégia da presença

As demandas de controle territorial advindas da condição histórica de ex-colônias e da percepção compartilhada de Estados ainda em processo de formação parecem ter impacto relevante na cultura estratégica brasileira. Tal condição “geohistórica” é fator fundamental que acaba

por dar relevância a dimensões internas, como a estratégia da presença, o controle de regiões periféricas e a vigilância das fronteiras. Marques (2007), por exemplo, destaca como um dos principais traços da cultura estratégica dos militares brasileiros a importância dada à estratégia da presença, entendida como fator fundamental para a integração nacional e integridade territorial do Brasil.

Com efeito, diante de tais desafios, os militares se veem imbuídos da missão “republicana” de contribuir para o desenvolvimento nacional que envolve a consolidação da soberania interna e a integridade territorial do Estado. Trata-se de um elemento ideacional orgânico à sua cultura institucional e que tem por base o sentimento de incompletude do Estado Nacional – ainda em processo de consolidação (MEDEIROS FILHO, 2020).

Sob tal contexto, ao longo do último século, o EB buscou apresentar-se à sociedade como uma espécie de “síntese ativa da modernização”, sempre prestes a emprestar seu grau de profissionalismo como suporte de enfrentamento às fragilidades observadas na esfera pública. Como tal, os militares tendem, a fazer de sua instituição o modelo da organização política, do seu “ethos”, o modo de pensar visto como mais adequado ao desenvolvimento nacional (FERREIRA, 2004).

Logo, a partir desse ponto, faz-se necessário discutir alguns elementos que compõem o *ethos* do EB. Para tanto, deve-se ressaltar a forma como o profissionalismo militar europeu foi emulado na América do Sul, especialmente entre 1890 e 1940, o que desempenhou um papel fundamental na formação do *ethos* militar do Exército, sintetizado nas influências alemã e francesa (NUNN, 1983). A “tropicalização” das doutrinas europeias a partir das raízes, valores e tradições da Força forneceu traços para a formação da identidade cultural de um Exército vocacionado para atuar no espaço interno, notabilizando-se por estabelecer um modelo que tem o fito de dar contribuições às questões cívico-sociais no País.

Essa percepção do Brasil como um Estado claudicante e de “incompletude nacional” aparece de forma recorrente ao longo do processo de construção republicana, não sendo exclusividade dos militares. Gilberto Freyre, por exemplo, sugeriu, durante a conferência “Nação e Exército”, realizada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, em 1948, que: “[...] a verdade, porém, é que o país onde o Exército seja a única, ou quase única, força organizada necessita de urgente organização ou reorganização do conjunto de atividades sociais e de cultura para ser verdadeiramente nação. Nação desorganizada não é Nação: é apenas paisagem” (FREYRE, 2019, p. 28).

Freyre descreve uma sociedade que, percebendo em seu incipiente Estado a carência de instituições verdadeiramente nacionais, apoia-se – por conviência – no Exército para o cumprimento de responsabilidades e obrigações nitidamente civis. No trecho a seguir, Freyre ilustra, de forma irônica, essa realidade:

Por que o Exército não resolve o problema da falta de carne? Ou da falta de leite? Ou o da exploração dos peixes e legumes? Ou o dos muitos suicídios? Ou o dos muitos assassinatos? Ou o do tráfego no Rio de Janeiro [...] Breve se perguntará: por que o Exército não torna mais concorridas as missas em nossas igrejas? [...] A continuar essa tendência breve os padres no Brasil, cruzarão os braços para que os militares ensinem os meninos o sinal-da-cruz. Os professores cruzarão os braços para que os militares ensinem aos meninos geografia do Brasil, história do Brasil; corografia do Brasil; para que os militares se encarreguem da instrução moral e cívica dos pequenos (FREYRE, 2019, p. 26).

Naquele contexto, à medida que a modernização se tornava um projeto não realizado de fato pela sociedade nacional, frágil e desorganizada politicamente (CARVALHO, 2006; FAORO, 2007), o EB parecia uma “Força organizada no meio de muita desorganização que nos perturba e aflige” (FREYRE, 2019, p. 27). Segundo Faoro, a constante tutela das Forças Armadas, em especial do Exército, em uma “República inacabada” representa um Estado em processo de modernização que trouxe consigo as tensões e contradições de formações institucionais ainda não consolidadas.

Notadamente, esses desafios históricos não são exclusividades do Brasil, mas refletem uma percepção política presente em países da região ao longo do século XX segundo a qual os exércitos nacionais constituiriam uma espécie de “baluarte da República”, sem os quais os países estariam condenados à instabilidade. O trecho a seguir, extraído da obra do general argentino Benjamin Rattenbach no início dos anos 1970 parece resumir bem a forma dessa percepção: “Nos países latino-americanos, a instabilidade política não se deve à frequente intervenção dos militares, mas ao contrário, eles interferem na política interna justamente por causa dessa instabilidade” (RATTENBACH, 1972, p. 117, tradução nossa)⁴.

Portanto, tendo como pano de fundo a imagem de um Estado ainda em processo de consolidação, a ideia de desenvolvimento e defesa nacional seriam elementos indissociáveis, e o envolvimento castrense em atividades de não-guerra e de apoio ao desenvolvimento nacional constituiria fator fundamental da própria identidade da instituição.

Para além do “braço forte” da guerra, os militares dedicam grande esforço, em ações subsidiárias de apoio ao Estado, denominado pelos próprios militares de “mão amiga”. Trata-se de ações relacionadas ao processo de construção e consolidação do Estado e de superação das instabilidades nacionais, para as quais o EB tem buscado emprestar seu modelo de organização permanente e estável que, na maioria dos casos, escapam o escopo da guerra, como veremos a seguir.

4 Um exército, várias funções

A questão central aqui discutida e que está no título deste artigo diz respeito ao caráter “multitarefa” desempenhado pelo EB. Em outras palavras, busca-se a compreensão de como a trajetória histórica e as condicionantes que compuseram o cenário regional e o contexto doméstico, acabam por contribuir para a permanência da peculiaridade do modelo de Forças Armadas adotado no Brasil. Essa questão se torna ainda mais interessante quando se percebe que o próprio Exército tem conduzido um processo de autotransformação⁵. Ou seja, há nas instâncias decisórias da instituição a percepção da necessidade de adequação do modelo de força às novas demandas impostas no início do século XXI.

O grande desafio que se apresenta é atender às demandas desejáveis em um processo de transformação militar que, em tese, exigiriam forças mais enxutas, centralizadas, modulares e dotadas de siste-

4 Original: [...] En los países latinoamericanos, la inestabilidad política no se debe a la intervención frecuente de los militares, sino al revés, estos interfieren en la política interna precisamente a causa de esa inestabilidad [...].

5 O documento de Concepção de Transformação do Exército, aprovado por meio da Portaria nº 1.253, de 05 de dezembro de 2013, considerava “que a desejada transformação seria “o resultado de um conjunto de inovações [...] provocando uma nova concepção de organização, de articulação, de preparo e de emprego”. E concluiu: “[...] pretende-se, com o processo de transformação, conduzir o Exército ao patamar de força armada de país desenvolvido e ator global, capaz de se fazer presente, com a prontidão necessária, em qualquer área de

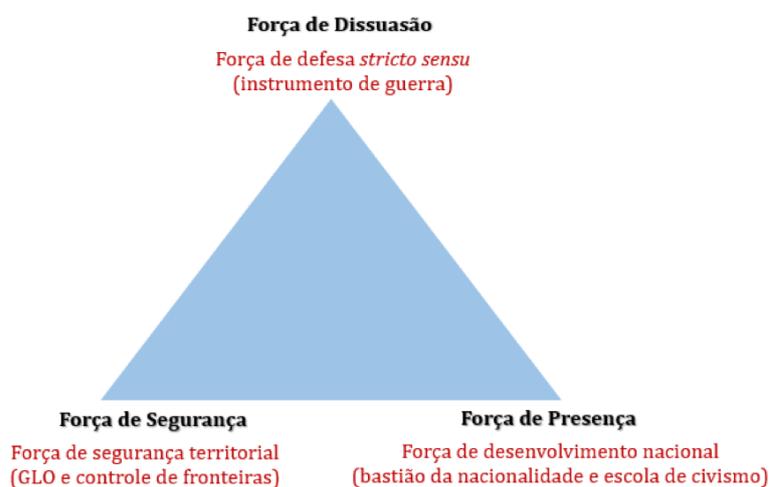
mas com elevado nível tecnológico, e, ao mesmo tempo, manter a presença necessária ao cumprimento das diversas missões impostas pela nação, reforçando os vínculos de lealdade entre o cidadão e o Estado.

Uma dessas missões diz respeito à formação anual de efetivos de novos recrutas que, para além da preparação para a guerra, contribuem com a construção, no seio da sociedade, de uma mentalidade de defesa, conforme a ideia de nivelamento republicano que consta recentemente elaborados: “[...] o Serviço Militar Obrigatório é a garantia de participação dos cidadãos como instrumento da mobilização para afirmar a unidade nacional e contribuir para o desenvolvimento da mentalidade de defesa no seio da sociedade brasileira” (BRASIL, 2020, n.p.).

Em países em desenvolvimento, as vulnerabilidades nacionais associadas às fragilidades estatais demandam a participação maior das Forças Armadas nos diversos problemas nacionais que, em virtude de sua capacidade organizacional e logística, acaba se impondo como instrumento “adequado” para o cumprimento de tarefas dessa natureza em áreas de fronteira, ou distantes dos grandes centros urbanos. No caso específico do Brasil, demandas das mais variadas, especialmente ligadas à defesa civil e à segurança pública ensejando a participação maior das Forças Armadas em virtude de sua capacidade logística e capilaridade no território.

Discutiremos a partir de agora a questão central de nosso artigo: o papel trinitário do Exército Brasileiro. Diferentemente dos modelos de força em países desenvolvidos, o EB possui (mesmo que isso não esteja explicitamente categorizado nos documentos de defesa) duas outras funções “estatais” para além da **defesa *stricto sensu*** (preparar-se para a guerra): a) **força de segurança territorial** (pela incapacidade de nossas polícias de atender demandas intermediárias e de natureza nacional e internacional, como controle de fronteiras); e b) **força de presença** (bastião da nacionalidade e escola de civismo), conforme o esquema proposto a seguir na figura 2.

Figura 2 – Modelo trinitário de atuação do EB



Fonte: Os autores (2020).

interesse estratégico do Brasil”.

Com efeito, caberia ao Exército o preparo da Força Terrestre (F Ter) para cumprir sua missão constitucional da defesa da Pátria e da garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem. Além disso, a Força Terrestre deve cumprir as atribuições subsidiárias gerais previstas na legislação complementar, que são: cooperar com o desenvolvimento nacional e com a defesa Civil, bem como apoiar a política externa do País e participar de operações internacionais de paz e de ajuda humanitária. Destaca-se que o manual de Fundamentos Doutrina Militar Terrestre (EB20-MF-10.102) indica que os elementos da Força Terrestre podem realizar três operações básicas: ofensiva, defensiva e de cooperação e coordenação com agências.

Assim, o Estado requer que o EB tenha como atribuições subsidiárias particulares o fato de atuar, por intermédio de ações preventivas e repressivas na faixa de fronteira terrestre, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, realizando, entre outras, ações de patrulhamento; revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves e prisões em flagrante delito. Ao mesmo tempo, cooperar com órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão a delitos, no território nacional, com apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução; e de cooperar com órgãos públicos federais, estaduais e municipais na execução de obras e serviços de engenharia.

A seguir, descreveremos cada um dos papéis que compõem a trindade de atuação do Exército Brasileiro. Iniciaremos por aquela que constitui a função precípua de qualquer força armada: o preparo para a guerra, ou seja, a possibilidade de emprego contra ameaças externas em uma situação de conflito armado.

4.1 O Exército como “força armada stricto sensu”: dissuasão e transformação militar

Ao final da primeira década deste século, grande parte dos exércitos nacionais passou por processos de transformação militar. Trata-se de um fato que busca, ao mesmo tempo, a transformação e a racionalização, em um mundo em que a guerra é progressivamente mais complexa e na qual a tecnologia desempenha papel cada vez mais relevante. Como consequência, tem-se observado mudanças estruturais na organização e no emprego das Forças Armadas.

Grosso modo, a ideia de modernização militar tem origem nos anos 1970, a partir da discussão sobre a Evolução em Assuntos Militares (EAM) e Revolução de Assuntos Militares (RAM). Na América do Sul, um documento basilar desse processo foi a publicação, em 2007, do artigo “Três Pilares de uma Transformação Militar” de autoria do brigadeiro chileno Jaime Covarrubias. O autor buscou entender as mudanças militares a partir de três níveis, que se diferenciam pela profundidade com que essas mudanças são realizadas: adaptação, modernização e transformação.

Para Covarrubias (2007), a transformação não se refere apenas à obtenção de novas tecnologias (o que seria modernização), mas envolvem reformas profundas e mudanças de orientação na doutrina e na estrutura das forças. Transformar, em síntese, significaria alterar as concepções da Força, projetando-a para o futuro. Dessa forma, o processo de transformação do Exército é parte de um marco histórico relacionado à evolução do pensamento de segurança e defesa no Brasil. Em 2009, o Comandante do Exército entregou a estratégia “Braço Forte” ao Ministério da Defesa (MD), baseando-se em quatro grandes programas: Amazônia Protegida, Sentinela da Pátria, Mobilidade Estratégica e Combatente Brasileiro do Futuro.

No caso brasileiro, esse processo ganhou força a partir da publicação da Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2008. É preciso entender bem o contexto geopolítico em que isso aconteceu. De um lado, após quase duas décadas do fim da Guerra Fria, o mundo começava a experimentar sinais do retorno da geopolítica clássica, iniciada após os ataques às “torres gêmeas”, em 2001, e a crise financeira internacional, em 2007. De outro lado, o Brasil ensaiava seus primeiros passos em direção à liderança regional e ações mais protônicas de âmbito global. No âmbito da Defesa, discutia-se a necessidade do Brasil de constituir uma força condizente com sua estatura geopolítica, criando uma retaguarda necessária para fazer frente a reações ao protagonismo brasileiro.

Como apresentado na segunda seção deste artigo, o fato do País possuir dimensões continentais e fazer fronteira com dez países lhe impõe a necessidade de possuir Forças Armadas estruturadas, equipadas, treinadas, adestradas, com poder de fogo, alcance e letalidade que lhe possibilitem respaldo às suas decisões soberanas nos foros internacionais. Era essa a mensagem fundamental constante da END 2008.

Desse modo, Lima e Medeiros Filho (2019), afirmam que a END foi o principal motor de algumas inflexões, orientando o Exército a organizar-se por dois princípios fundamentais: a *flexibilidade* e a *elasticidade*. A primeira indica a capacidade de empregar a força com o mínimo de rigidez preestabelecida, enquanto a segunda indica a capacidade de ampliar rapidamente o dimensionamento das forças quando as circunstâncias o exigirem. Os autores observam que, mais recentemente, outros três conceitos foram incorporados às políticas de defesa, sendo eles: a *adaptabilidade*, a *modularidade* e a *sustentabilidade* (LIMA; MEDEIROS FILHO, 2019).

Em 2012 o EB instituiu “Projeto de Força do Exército Brasileiro” (PROFORÇA), com a incumbência de estabelecer, de forma integrada, as bases para a Transformação do Exército Brasileiro, considerando três marcos temporais: 2015, 2022 e 2030. Com base nos chamados “Vetores de Transformação” (Ciência & Tecnologia, Doutrina, Educação & Cultura, Engenharia, Gestão, Logística, Orçamento & Finanças, Preparo & Emprego e Recursos Humanos). Do Proforça resultou a “Concepção de Transformação do Exército 2013-2022”.

Em termos operacionais, o que se buscava era reestruturar a força, adequando-a ao contexto do século XXI e contribuindo para gerar uma capacidade dissuasória crível. Para tanto, vários projetos foram desenhados, dentre os quais destacamos, pelo significado que representam para a guerra do futuro, o Astros 2020, a Defesa Cibernética e o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (SISFRON).

O Projeto Estratégico ASTROS 2020 visa a dotar a F Ter de meios capazes de prestar um apoio de fogo de longo alcance, com elevada precisão e letalidade. O Projeto envolve o desenvolvimento de dois novos armamentos: o foguete guiado, utilizando-se a concepção do atual foguete SS-40, da família de foguetes do sistema ASTROS II, em uso pelo Exército Brasileiro, e o míssil tático de cruzeiro com alcance de 300 km; além de unidades especializadas na Guarnição de Formosa (GO).

A Defesa Cibernética visa a capacitar o EB para o combate em uma nova dimensão da guerra: a do ciberespaço. Cabe ressaltar que foi a partir da Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2008, que foi revisada em 2012, que houve uma divisão de responsabilidades entre as três Forças Armadas brasileiras, cabendo a cada uma delas um setor estratégico de Defesa, a saber: nuclear (Marinha), espacial (Força Aérea) e cibernético (EB). Doravante, a cibernética se inseriu em um movimento importante de inovação tecnológica no Exército. Cabe destacar que, naquele con-

texto, o processo de transformação passava a entender que a doutrina militar vigente se assentava em concepções ultrapassadas de um exército da era industrial. Dessa forma, o Exército precisava ser transformado em uma instituição da “Era da Informação”, o que deveria ser assentado sobre ferramentas da tecnologia da informação (TI).

Assim, em 2010 foi criado o Centro de Defesa Cibernética (CDCiber). Apesar de funcionar dentro do Quartel-General do Exército, o CDCiber contava com militares das diferentes forças. Em 2014 o CDCiber passou a compor a estrutura do Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber) que, em 2018, começou a operar nas instalações do Forte Rondon, onde já funciona o Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército.

Destarte, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) é composto por um conjunto integrado de recursos tecnológicos, tais como sistemas de vigilância e monitoramento, tecnologia da informação, guerra eletrônica e inteligência que, aliados a obras de infraestrutura, vão reduzir vulnerabilidades na região fronteira. Desse modo, o Sisfron pretende fortalecer a capacidade de ação do EB na faixa de fronteira, uma área de 16.886 quilômetros de extensão, permitindo o atendimento das capacidades de monitoramento, mobilidade e presença, presentes na Estratégia Nacional de Defesa.

Em relação a esse último programa, apesar de estar aqui situado no campo da “Força de defesa stricto sensu”, observa-se, pela natureza da ameaça enfrentada, que o sistema de vigilância tem se mostrado mais uma ferramenta de enfrentamento de ameaças securitárias (problemas “na” fronteira) que de ameaças geopolíticas problemas “de” fronteira”. Alsina Junior (2018), por exemplo, sugere ser a preocupação com aspectos ligados à criminalidade transnacional e à porosidade das fronteiras diante do narcotráfico o motivo principal que teria levado o EB a conceber o Sisfron, de modo que estaria mais subordinado à dimensão da segurança do que a de defesa stricto sensu.

Deve-se ressaltar que o debate sobre a transformação do EB tem origem em um contexto de projeção internacional do Brasil que sugeriam novas capacidades militares que elevassem o patamar dissuasório brasileiro a outro nível, do regional para o extrarregional. Tal processo constituiu-se em uma oportunidade ímpar de avanço na discussão da missão precípua das forças armadas, ou seja, o preparo para a guerra. O momento é importante para retomar-se a discussão sobre tensões geradas entre a vocação interna.

4.2 O Exército como força de segurança territorial: exercendo o papel de força intermediária

O Exército chega ao século XXI e a estratégia da presença, nas formulações internas, ainda se impõe em um país continental. Foi desse modo que as capacidades necessárias ao EB de 2030 foram elencadas no documento “Processo de Transformação do Exército” apresentado pelo Estado-Maior do Exército (EME). Cabe frisar, que apesar do intuito de transformar, ainda permanecia uma percepção cultural chave na Força: “ajudar a concluir a ocupação e a integração à nação brasileira de praticamente a metade do território nacional correspondente à Amazônia” (BRASIL, 2010, p. 26).

Textualmente o documento do EME sinaliza três tarefas históricas para o Exército, todas geopolíticas. Em primeiro lugar, a citada necessidade de ocupar os “espaços vazios” na Amazônia. A segunda, relacionada ao entorno sul-americano e a condição de ter dezessete mil quilômetros de fronteira com dez países da região. Por fim, a necessidade de projetar poder internacionalmente com

consistência capaz de assegurar os interesses nacionais, inclusive de ser capaz de influir na pacificação e estabilização interna de vizinhos sul-americanos em situação de crise.

Contudo, é o plano doméstico e suas implicações para a articulação das políticas públicas, a função que mais envolve e absorve o Exército. Os formuladores geopolíticos do Exército indicam, como foi observado na primeira seção, que os militares atuam, historicamente, na ocupação de “espaços vazios” que porventura existam no território nacional e em suas extensões com a finalidade de cumprir sua destinação constitucional e ações subsidiárias e, por conseguinte, na contenção de eventuais crises urbanas e afins na densa problemática da segurança pública no Brasil.

Conforme Lima e Medeiros Filho (2018), entre os anos de 1992 e 2017 somaram-se 132 operações de GLO em situações diversas que envolveram grandes eventos, conferências internacionais, greves policiais e de caminhoneiros, dentro outras, sendo aproximadamente 60 na área de segurança pública. Destaca-se que essa participação representou uma média de 15 operações por ciclo presidencial entre os anos de 1995 e 2017 (LIMA; MEDEIROS FILHO, 2018).

Cabe frisar que o Brasil é o único país sul-americano que não possui uma força intermediária (*Gendarmeria*, *Carabineros*, Guarda Nacional, Polícia Nacional etc.) permanente. Tal fato acaba por se constituir uma vulnerabilidade ao modelo de segurança nacional na medida em que o País não dispõe de uma força especificamente vocacionada ao combate a ameaças intermediárias, que transponham as fronteiras nacionais, conectando facilmente o ambiente externo ao interno. Idealmente, o cenário suscitaria um debate sobre a criação de uma força intermediária de âmbito nacional diante da carência de recursos humanos ou incapacidade de efetivo das polícias federal, rodoviária, militar ou mesmo pelo caráter ad hoc (episódico) da Força Nacional de Segurança ou “Guarda Nacional”. Tais condições contribuem para que o Exército permaneça atuando como força de segurança territorial, especialmente nas fronteiras.

Alsina Júnior (2018) afirma que a questão central é saber o quanto as Forças Armadas podem ser preparadas para funções constabulares sem arriscar a sua função precípua.

“A fraqueza do Estado produz um duplo efeito: permite a proliferação de dissensões domésticas ao mesmo tempo que torna mais complexo o acúmulo de meios bélicos e organizacionais imprescindíveis à condução de campanhas militares contra inimigos externos” (AISINA JUNIOR, 2018, p. 156).

As missões relacionadas à esfera da segurança diante da criminalidade transnacional e da porosidade fronteiriça estão relacionadas a aspectos como, por exemplo, a modernização do equipamento das tropas, novas medidas de comando e controle e aquisição de VBTP Guarani (AISINA JUNIOR, 2018).

O fato é que tal condição coloca o debate sobre planejamento militar no Brasil diante de um dilema: manter o papel do Exército como guarda territorial, assumindo “ad hoc” funções de natureza policial ou seria mais eficaz investir na “Força de Segurança Nacional” permanente que dispusesse de meios orçamentários, humanos e materiais e capilaridade em todo o território nacional?

4.3 Exército como força de presença e desenvolvimento nacional (bastião da nacionalidade e escola de civismo)

A terceira e mais controversa das funções do EB diz respeito ao envolvimento da Força em atividades de apoio ao desenvolvimento nacional, bem como a sua crença na condição de bastião da

nacionalidade. Como visto na primeira seção, trata-se de uma questão que tem origem na cultura estratégica militar brasileira, que se constitui ligando segurança, integração territorial e desenvolvimento.

A presença do Exército em todo o território nacional é um processo que buscou se legitimar junto com a territorialidade ordenadora do Estado ao longo da história. Para o EB, ações como a de Luiz Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias) na pacificação de rebeliões ocorridas durante o Período Regencial e no início do Segundo Reinado, respaldaria o papel dos militares como aglutinadores do território brasileiro (GONZALES, 2008).

Destarte, a condição de bastião da nacionalidade permanece latente na Instituição e na sociedade, se não como pensamento hegemônico, certamente permeando de modo sutil setores e mentalidades. Gonzales (2008) frisa que, para comprovar tal observação, basta acompanhar as justificativas e as chamadas “ideias-força” constantes da página oficial ou em publicações internas de divulgação da Força Terrestre. Nesse sentido, a autora destaca o trecho do periódico “Noticiário do Exército”, publicado em abril de 2006:

O Exército de hoje é uma síntese de sua trajetória histórica: o mesmo povo em armas comprometido com a integração e o progresso nacionais. O “Braço Forte” que garante a soberania, a lei e a ordem. A “Mão Amiga” na qual a Nação encontra amparo nos momentos difíceis [...] Exército brasileiro: **ontem, hoje e sempre, a mesma missão** (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2006 apud GONZALES, 2008, p. 57, grifo do autor).

Além de trecho do artigo institucional “As origens do Exército Brasileiro”, publicado no próprio site do EB:

Após a Independência, em 1822, a atuação do Exército Brasileiro, internamente, foi decisiva para **derrotar todas as tentativas de fragmentação territorial e social** do País. A **manutenção da unidade nacional**, penosamente legada por nossos antepassados, é decorrente das suas **ações, em particular**, da atuação do **Duque de Caxias**. Desse modo, **ontem, como hoje**, prevaleceu a **necessidade de segurança e integração nacionais**, reflexo da vontade soberana do povo, expressa, como ideal intangível, nas Constituições brasileiras de todos os tempos (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2007 apud GONZALES, 2008, p. 57, grifo do autor).

A ideia de integração entre segurança e desenvolvimento do território, nas duas citações acima, apareceria como ponto forte de atuação do Exército ao longo da história do Império e da República. Um aspecto revelador dessa postura seria o fato de o Duque de Caxias, “o grande articulador da unidade nacional”, ter sido alçado a patrono da Instituição.

Desse modo, os argumentos das Forças Armadas são de que elas representariam, em algumas regiões, o único significado de brasilidade e da presença do Estado, agindo como principal vetor da coesão e unidade nacionais e que o sentimento de exclusividade, de estar presente, traduziria uma ideia de “onipresença”, de “poderio acima do Estado” (GONZALES, 2008).

Seria essa uma explicação para o fato de o Exército, em determinados contextos, assumir papéis que pertenceriam a outros setores da vida nacional, provocando, “por um lado, uma acom-

dação do poder político, representada pela conveniência e conivência do Estado com esse tipo de ação e, por outro, uma distorção quanto ao papel de cada poder e a sua respectiva responsabilidade pela condução de políticas públicas no País” (GONZALES, 2008).

Outro aspecto relevante da cultura estratégica militar que dá suporte e justifica, ao longo do tempo, a presença nacional do Exército e sua condição de bastião da nacionalidade, é o que denominamos aqui de “Escola de Civismo”.

Gonzales (2008) sugere que a preocupação com a formação moral e cívica do cidadão é um traço marcante na instituição. Para tanto, faz referência às chamadas Escolas de Instrução Militar – criadas em 1998 com o objetivo ser uma alternativa à prestação do serviço militar obrigatório – destacando texto disponível na página oficial do EB e que orienta o funcionamento dessas escolas:

[Escolas de Instrução Militar] deverão constituir polos difusores do civismo, da cidadania e do patriotismo [...]. A educação moral e cívica será objeto de preocupação constante na formação dos efetivos de modo a desenvolver os valores espirituais e morais da nacionalidade, o sentimento das obrigações para com a Pátria e compreensão de instituições básicas que regem a sociedade, tais como família, governo, igreja e as Forças Armadas (EXÉRCITO BRASILEIRO apud GONZALES, 2008, p. 119-120, grifo do autor).

O sentimento de responsabilidade na solução de problemas brasileiros é algo construído progressivamente nos bancos escolares durante a vida castrense. Cabe frisar, por exemplo, que o estudo militar da Geografia e da Geopolítica⁶ busca oferecer ao oficial um método cartesiano⁷ capaz de realizar a avaliação do Poder Nacional ou do Poder de uma determinada região, através da articulação de questões fisiográficas, econômicas, psicossociais, políticas e científico-tecnológicas que impactam no desenvolvimento nacional. Logo, desde a formação na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), passando pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e chegando aos Cursos de Altos Estudos Militares, ministrados na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), “o método” constitui-se uma lente – um olhar particular (“mindset”) – a partir da qual os militares interagem com a realidade e buscam respostas para os complexos problemas nacionais.

Logo, o processo educacional é uma chave conceitual para se entender a relação de responsabilidade/instrumentalidade do militar com o desenvolvimento do Brasil. Tal relação se dá a partir de uma perspectiva onde o oficial é formado nutrindo a crença de que não só é um profissional das armas, mas também parte da vanguarda gestora-decisora da Nação. Dessa forma, mantém-se a ideia de um “poder militar” no Brasil, conforme a perspectiva constante da obra “Fundamentos do Poder Nacional” da Escola Superior de Guerra (2019), como parte de uma síntese complexa que se insere em variadas dimensões – “expressões do poder” – e que contribuem para a segurança e o desenvolvimento nacional.

6 A disciplina de Geografia foi retirada do currículo da AMAN em 2013, sendo substituída pela disciplina de Geopolítica que passou a ser ministrada em 2016.

7 O método do Levantamento Geográfico de Área (LGA) é ensinado ao Cadete e se torna um modus operandi de abordagem ao longo de toda a carreira militar. Vale destacar que o processo de seleção para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) é com-

Para tanto, o “profissional das armas” busca lidar não somente com questões pragmáticas e, digamos, mais “duras” do poder, mas também ser capaz de aplicar o seu caráter mais persuasivo ou “*soft*”. Para os militares, o envolvimento da Força em atividades de “não-guerra”, que tangenciam as expressões do poder nacional anteriormente mencionadas, os aproximaria da opinião pública, condição considerada fundamental para o aumento do estoque de confiança que a sociedade deposita nas Forças Armadas. Nesse sentido, o EB tem dedicado, nas últimas décadas, atenção especial a temas que dizem respeito à “imagem da Força”, e ao seu relacionamento com a sociedade, de forma geral, e com a mídia, em particular.

Com efeito, são vários os exemplos de envolvimento do EB em atividades que não dizem respeito a temas militares. São diversas as situações que a doutrina militar do Exército passa a acomodar. Na perspectiva militar, tais atividades constituem-se em oportunidades para associar a imagem do Exército e seu padrão de qualidade, àquela noção discutida de bastião da nacionalidade e de escola de civismo. Nesse sentido, tem sido observado um movimento de maior integração das Forças Armadas em operações interagências com órgãos de segurança pública, Defesa Civil, Vigilância Sanitária, organizações não-governamentais, Polícia Federal, dentre outros. Pode-se exemplificar com algumas situações recentes como a Operação Acolhida que busca atuar diante da crise humanitária no contexto da migração venezuelana para Roraima.

5 Considerações finais

A condição de país-contidente em desenvolvimento é essencial na resposta à questão proposta no artigo. Assim, futuros debates podem ainda avaliar em que medida a combinação de fatores materiais (geopolíticos) e ideacionais (cultura estratégica) “condenariam” o EB a continuar preso ao tripé apresentado no texto.

Seja como for, dois aspectos chamam a atenção na resposta ao problema proposto na introdução. De um lado a) a função de força intermediária, empregada especialmente nas regiões mais periféricas e fronteiriças; e, de outro lado, b) o significado político do EB como “bastião da nacionalidade”.

Em relação à primeira, pela incapacidade das forças de segurança de atender demandas intermediárias e de natureza nacional e internacional, como controle de fronteiras, o EB tem exercido a função de força de segurança territorial, o que geralmente é realizado em outros países por forças intermediárias. Nesse caso, além de aspectos históricos e institucionais, há que se destacar as características geográficas de um país de dimensões continentais que exigem um esforço hercúleo para a manutenção de sua segurança interna e internacional. A presença histórica de unidades do Exército na região de fronteira, especialmente através dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), acaba por representar um elemento de economicidade de emprego (capilaridade, logística).

Em relação ao segundo aspecto, trata-se de um longo processo histórico no qual o Exército tem sido chamado a participar do processo de construção do próprio Estado Nacional o que envolve, muitas vezes, a participação da instituição como instrumento de estabilização.

posta exclusivamente por questões de História e Geografia e tem no “método” seu elemento chave. Para os militares, o método confere um olhar particular sobre a realidade, um “mindset”.

O Exército chega ao século XXI e a estratégia da presença nacional e pacificação de conflitos continua simbioticamente relacionada ao desenvolvimento nacional e à função de escola de civismo. A “precariedade territorial” dos meios materiais e humanos à disposição do Estado, nas áreas interiores e de intercâmbio fronteiriço, mantém ativo o papel do Exército na difusão de valores cívicos por meio da conscrição, dos Tiros de Guerra, NPORs e CPORs.

O fato é que temos um desafio peculiar às Forças Armadas no Brasil. A grande questão que se coloca é: como desenhar a Força do futuro: voltada exclusivamente para aquilo que é sua função precípua (guerra) ou continuar atendendo a demandas oriundas de nossas fragilidades estatais? A resposta não é tão óbvia quanto parece, conforme os elementos discutidos no texto. Se não vejamos: Quem de fato se ocuparia das outras duas bases do tripé se as Forças Armadas passassem a se dedicar única e exclusivamente à sua precípua: o preparo para a guerra?

Referências

ALSINA JÚNIOR, J. P. S. **Ensaio de grande estratégia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

AYOOB, M. **The third world security predicament: state-making, regional conflict, and the international system**. London: Lynne Rienner, 1995.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara do Deputados. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. **Audiência pública ordinária - 05/07/2017**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 5 jul. 2017. Tema: Debater sobre a situação dos projetos estratégicos das Forças Armadas, os programas de cooperação internacional do Brasil na área da defesa e os planos do Exército para o desenvolvimento tecnológico. Convidado: General do Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0868/17>. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. Exército. **Doutrina militar terrestre: manual de fundamentos**. Brasília, DF: Exército, 2014. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/93/5/REVOGADO-EB20-MF-10.102.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Projeto de Força do Exército Brasileiro (Proforça)**. Brasília: EB, 2012. Disponível em: https://www.eb.mil.br/c/document_library/get_file?uuid=b8fd062b-d6c0-431f-a931-1d7ad6facccc&groupId=1094704. Acesso em: 21 mar 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 45.479, de 26 de fevereiro de 1959**. Aprova o Regulamento das Colônias militares de Fronteiras na Amazônia. Brasília, DF: Presidência da República, 1959. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-45479-26-fevereiro-1959-384603-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 mar. 2021.

BRASIL. Exército. **O Processo de Transformação do Exército**. 2. ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2010.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa [e] Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa. Acesso em: 19 mar. 2021.

CARVALHO, J. M. de. **Forças armadas e política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

COVARRUBIAS, J. G. Os três pilares de uma transformação militar. **Military Review (Edição Brasileira)**, Fort Leavenworth, p. 16-24, nov./dez. 2007.

DOESER, F. Finland, Sweden and Operation Unified Protector: the impact of strategic culture. **Comparative Strategy**, [London], v. 35, n. 4, p. 284-297, Nov 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01495933.2016.1222842>. Acesso em: 19 mar. 2021.

FAORO, R. **A república inacabada**. São Paulo: Globo, 2007.

FERREIRA, O. S. **Forças armadas para quê?**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 2004.

FREYRE, G. **Nação e exército**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Fundamentos do poder nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 2019. Disponível em: <https://www.esg.br/publi/FundamentosdoPoderNacional2019FINALFINAL.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.

GONZALES, S. L. de M. **A territorialidade militar terrestre no Brasil: os tiros de guerra e a estratégia da presença**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-31032009-143246/pt-br.php>. Acesso em: 19 mar. 2020.

IBGE. **Contagem da População 2007**. [S. l.]: IBGE, 2007. Disponível em: <http://censos2007.ibge.gov.br/> Acesso em: 21 mar 2021.

JOHNSTON, A. I. Thinking about Strategic Culture. **International Security**, [S. l.]. v. 19, n. 4, p. 32-64, 1995.

LANTIS, J. S. **Strategic culture and national security**. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2002.

LIMA, R. C.; MEDEIROS FILHO, O. O papel do exército brasileiro no setor de segurança: implicações para a defesa e o emprego das forças armadas. In: ANDRADE, I. de O. *et al.* (org.). **Desafios contemporâneos para o exército brasileiro**. Brasília, DF: Ipea, 2019. p. 95-132. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180826_desafios_contemporaneos_para_o_exercito_brasileiro.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

LIMA, R. C.; MEDEIROS FILHO, O. Segurança, defesa e o emprego da força no Brasil: trajetórias e desafios políticos. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 10., 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ABED, 2018. Disponível em: [https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1535663680_ARQUIVO_Lima,R.C.eMedeirosFilho,O.\(2018\).TrabalhoENABED.pdf](https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1535663680_ARQUIVO_Lima,R.C.eMedeirosFilho,O.(2018).TrabalhoENABED.pdf). Acesso em: 20 mar. 2021.

MARQUES, A. A. **Amazônia: pensamento e presença militar**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-30112007-153256/publico/TESE_ADRIANA_APARECIDA_MARQUES.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

MATTOS, C. de M. Uma geopolítica Pan-Amazônica. *In*: MATTOS, C. de M. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 13-205. v. 2.

MEDEIROS FILHO, O. Breve panorama de segurança na América do Sul. *In*: NASSER, R. M.; MORAES, R. F. de (org.). **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico**: América do Sul e o Atlântico Sul. Brasília, DF: Ipea, 2014. p. 21-42. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_seguranca.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

MEDEIROS FILHO, O. Desafios do exército brasileiro nas fronteiras amazônicas: entre a border e a frontier. **Coleção Meira Mattos**: revista das ciências militares, Rio de Janeiro, v. 14, n. 49, p. 77-97, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/2965/2681>. Acesso em: 20 mar. 2021.

NUNN, F. **Yesterday soldiers**: european military professionalism in South America, 1890-1940. Lincoln: University of Nebraska Press, 1983.

RATTENBACH, B. **El sistema social-militar en la sociedad moderna**. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1972.

REIS, B. C. Ensaio em torno de uma cultura estratégica portuguesa. **Revista Nação e Defesa**, [Porto], n. 136, p. 9-33, 2013.

